|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **AFRICAN UNION** |  | **UNION AFRICAINE** |
|  | **UNIÃO AFRICANA** |

**COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO DE**

**COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (CTE-CICT)**

**3ª SESSÃO ORINÁRIA,**

**22 - 26 DE OUTUBRO DE 2019,**

**SHARM EL SHEIKH, EGIPTO**

**AU/STC-CICT-3/EXP/Draft/Rpt**

ORIGINAL : INGLÊS

**PROJECTO DO**

**RELATÓRIO DA SESSÃO DE PERITOS**

**22-24 DE OUTUBRO DE 2019**

**PROJECTO DO RELATÓRIO DA SESSÃO DE PERITOS**

**22-24 DE OUTUBRO DE 2019**

**INTRODUÇÃO**

1. A reunião dos peritos da Terceira Sessão Ordinária do Comité Técnico Especializado (STC) da União Africana de Comunicação e TIC (CCICT) foi realizada em Sharm El Sheikh, República Árabe do Egipto, de 22 a 24 de Outubro de 2019.

**PARTICIPAÇÃO**

1. A reunião contou com a participação dos seguintes Estados-membros: Argélia, Angola, Burundi, Chade, Comores, Congo, Cote d´Ivoire, República Democrática do Congo, Djibuti, Egipto, Etiópia, Eswatini, Gabão, Gâmbia, Gana, Quénia, Lesoto, Malawi, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, Nigéria, República Árabe Sarauí Democrática, Serra Leoa, Somália, África do Sul e Uganda.
2. Seychelles, Sudão do Sul e Tunísia enviaram pedidos de desculpas por não se terem feito representar.
3. As seguintes Comunidades Económicas Regionais (CER) também se fizeram presentes: Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO);
4. As seguintes organizações e agências africanas e internacionais também estiveram presentes: União Africana das Telecomunicações (ATU), União Postal Pan-Africana (PAPU), Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA) e Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).
5. As seguintes organizações também estiveram presentes: Internet Society (ISOC) e Intel.

**SESSÃO PLENÁRIA I**

1. **CERIMÓNIA DE ABERTURA**
2. Durante a cerimónia de abertura, os participantes na reunião fizeram observações e proferiram discursos como se segue:

**Discurso de Boas-vindas do Sr. Amr Farouk Safiwat, Gestor das Organizações Africanas, Ministério de Tecnologias de Informação e Comunicação, República Árabe do Egipto**

1. O Sr. Amr Farouk Safiwat deu as boas-vindas aos participantes e agradeceu a Comissão da União Africana por ter aceitado organizar esta importante reunião em Sharm El Sheikh, Egipto.
2. Destacou alguns dos desafios existentes que são enfrentados pelo sector da Comunicação e das TIC e ressaltou a importância de criar um ambiente favorável e reforçar as capacidades dos Estados-membros para enfrentar e superar esses problemas.

**Discurso do Sr. Moctar Yedaly ; Chefe da Divisão da Sociedade de Informação, Departamento de Infra-estruturas e Energia da Comissão da União Africana (CUA)**

1. Ao apresentar o seu discurso, o Sr. Moctar Yedaly começou por convidar os participantes para se levantarem e observarem um minuto de silêncio em memória do Dr. Tarek Kamel, antigo Ministro da Comunicação e TIC da República Árabe do Egipto, que faleceu há duas semanas. Até recentemente, o Dr. Tarek Kamel era Assessor Sénior do Presidente da ICANN e Vice-presidente do Governo Global.
2. Falando em nome da Comissão da UA, o Sr. Moctar Yedaly deu as boas-vindas aos participantes à 3.ª sessão ordinária do CTE da UA de Comunicação e TIC realizada no Centro de Conferências Rixos, em Sharm El Sheikh, Egipto, e agradeceu ao Governo e ao povo do Egipto pela maravilhosa hospitalidade concedida a todos os delegados.
3. Lembrou também a aprovação dos três principais quadros continentais que orientaram o sector da Comunicação e das TIC ao longo da última década e referiu que se espera que a 3.ª reunião do CTE de CCICT, a ser realizada de 22-26 de Outubro de 2019, analise a Estratégia de Transformação Digital da União Africana, que visa tirar proveito das tecnologias digitais e da inovação para transformar as sociedades e economias africanas de modo a promover a integração de África, gerar um crescimento económico inclusivo, estimular a criação de emprego, eliminar o fosso digital e erradicar a pobreza para assegurar os benefícios da revolução digital em prol do desenvolvimento socioeconómico.
4. Em relação à comunicação pública, o Sr. Yedaly referiu que é imperativo que África conte a sua própria história e defina, assim, a sua própria narrativa: a narrativa de uma África em ascensão que responda, ao mesmo tempo, aos seus desafios. Afirmou que: “É importante redefinir a narrativa do nosso continente africano nesta era digital, onde informações e diferentes tipos de conteúdo podem ser produzidos e distribuídos para um público mundial em tempo real”.
5. Explicou que África deveria tirar proveito das ferramentas e canais de comunicação tradicionais e digitais existentes “para interagir com o nosso povo em África, na diáspora e em todo o mundo”.
6. De acordo com o Sr. Yedaly, a União Africana tem de levar o seu público a entender e apreciar os desenvolvimentos que estão a acontecer no continente, bem como os progressos notáveis e inspiradores que estão a ocorrer em muitos países, bem como o trabalho extraordinário que está a ser levado a cabo pela UA para transformar a vida dos cidadãos no âmbito da Agenda 2063. Ressaltou que a Comissão da UA, juntamente com outros órgãos da UA, está a trabalhar em vários planos e estratégias de comunicação para garantir que a União Africana se aproxime do povo africano.

**Discurso do Dr. Eng. Abiot Sinamo, Director-geral, Sector das TIC, República Federal e Democrática da Etiópia**

1. O Dr. Eng. Abiot Sinamo, Director-geral do Sector das TIC do Ministério da Inovação e Tecnologia da Etiópia, em representação da Etiópia, na qualidade de Presidente da Sessão de Peritos, evocou a primeira e segunda reuniões do CTE de Comunicação e TIC e destacou como estas definiram orientações importantes para a transformação digital de África.
2. Referiu que, em África, o lançamento de serviços financeiros e de micro-pagamentos via telefones celulares reduziu tanto o custo dos serviços bancários como os encargos das transacções, levando a uma redução da população “sem conta bancária”. Do mesmo modo, a introdução de aplicações móveis para a saúde resultou em serviços de saúde mais acessíveis, a preços acessíveis e de maior qualidade nos países em desenvolvimento.
3. Destacou ainda a necessidade de uma África conectada e segura, e concluiu expressando apreço à República Árabe do Egipto por ter organizado a 3.ª reunião do CTE de Comunicação e TIC num prazo curto e desejou deliberações frutíferas a todos os participantes
4. **QUESTÕES DE PROCEDIMENTO**
5. Foi feita uma actualização sobre o formato da reunião.
6. A reunião aprovou a agenda e o programa de trabalho com alterações, e figuram como **Anexo II** ao presente documento.
7. **ELEIÇÃO DA MESA DO CCICT-3**
8. Com base no princípio da rotatividade e representação geográfica, a reunião elegeu os seguintes membros para a Mesa do CCICT-3 para consideração final pelos Ministros:

|  |  |
| --- | --- |
| **ÁFRICA CENTRAL** | |
|  | Presidente da Mesa |
| **ÁFRICA DO NORTE** | |
|  | 1.º Vice-presidente da Mesa |
| **ÁFRICA AUSTRAL** | |
|  | 2.º Vice-presidente da Mesa |
| **ÁFRICA OCIDENTAL** | |
|  | 3º Vice-presidente da Mesa |
| **ÁFRICA ORIENTAL** | |
|  | Relator da Mesa |

1. **RELATÓRIO DA MESA CESSANTE DO CTE DA UA DE COMUNICAÇÃO E TIC**
2. O relator cessante apresentou um relatório sobre o trabalho da Mesa.
3. A Mesa cessante do Comité Técnico Especializado de Tecnologias de Informação e Comunicação (Mesa-CICT), presidido pela República Federal Democrática da Etiópia, realizou a sua Reunião Ordinária a 15 de Março de 2019 em Tunes, Tunísia, à margem do Fórum de Alto Nível sobre Transformação Digital Postal. O relatório da Mesa figura como Anexo 1 ao presente documento.
4. A Mesa tomou nota das seguintes principais realizações:
5. Aprovação da Declaração da Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo sobre a Governação da Internet e da Economia Digital de África;
6. Formou uma média de 3 peritos de 42 Estados-membros (decisores políticos, técnicos e peritos em aplicação da lei) em estratégias de segurança cibernética, legislações cibernéticas e capacidades em matéria cibernética.
7. Organizou o primeiro Fórum Africano sobre o Crime Cibernético, que contou com mais de 300 participantes africanos e internacionais, incluindo o conselho da Europa, Interpol, ministérios da justiça.
8. Lançou a Directriz sobre Privacidade e Protecção de Dados Pessoais em África.
9. Formou 42 peritos nacionais dos Estados-membros para o desenvolvimento de soluções destinadas a desbloquear o acesso a zonas rurais e remotas através do uso de infra-estruturas modernas e inovadoras.
10. Organizou com sucesso o sétimo Fórum de Governação da Internet, que teve como principal área de enfoque a Transformação da Economia Digital de África
11. À semelhança dos últimos cinco anos, formou 50 jovens peritos adicionais na Escola Africana de Governação da Internet.
12. Mobilizou recursos e voluntários africanos com vista a projectar e criar uma plataforma digital para a gestão do conhecimento tendo como objectivo a troca de melhores práticas sobre políticas digitais e questões de Governação da Internet (<https://knowledge.afigf.africa/>).
13. Concluiu a negociação com a UE e iniciou a implementação do financiamento de 7 milhões de euros no âmbito do novo programa - a Iniciativa de Políticas e Regulamentos para a África Digital (PRIDA) - com o objectivo de melhorar os mecanismos de coordenação, a harmonização de políticas e regulamentos em África e reforçar as capacidades no domínio da Governação da Internet de todos os Estados-membros da UA.
14. Promoveu o compromisso dos órgãos de comunicação social com a Agenda 2063 e aumentou a visibilidade da Agenda 2063 em plataformas digitais de comunicação social e órgãos de comunicação social continentais, incluindo a produção de 4 documentários;
15. Produziu, pela 1ª vez, o Hino da UA em Suaíli, Inglês, Francês, Português, Espanhol e Árabe, e divulgou junto do público, Estados-membros, bem como disseminou nos órgãos de comunicação social.
16. Promoveu a consciencialização sobre os Tratados da UA através da publicação e distribuição de listas de signatários e ratificações dos tratados da OUA/UA desde 1963 até à data.
17. Os Ministros são convidados a:

* Tomar nota do relatório de progresso e felicitar a Mesa pelas realizações;
* Solicitar aos Estados-membros que apoiem a CUA a implementar as decisões dos órgãos da UA relacionadas com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

**SESSÃO PLENÁRIA II**

1. **RELATÓRIO DA COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA**
2. O Sr. Moctar Yedaly, Chefe da Divisão da Sociedade de Informação, apresentou o relatório de actividades da Comissão da União Africana.
3. Na sua apresentação, descreveu o estado de implementação de programas e projectos em resposta às decisões da UA relevantes para o sector e delineou os desafios enfrentados.
4. Destacou ainda a estratégia para desbloquear o acesso das zonas rurais e remotas às infra-estruturas básicas em África.
5. Os peritos fizeram os seguintes comentários:

* Há necessidade de tomar em consideração a dimensão da segurança no estabelecimento de parcerias;
* Há necessidade de esclarecimento sobre o processo seguido no estabelecimento de parceiras em matéria de cibersegurança;
* Medidas tomadas para apoiar o Sector Postal de modo a melhorar a sua conectividade e a transformação digital;
* O potencial do sector postal para empoderar os jovens e as mulheres, em particular nas zonas rurais e remotas.

1. **PROGRAMAS REGIONAIS E CONTINENTAIS**
2. As seguintes CER e Agências Especializadas fizeram apresentações sobre as suas iniciativas: Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), União Africana das Telecomunicações (ATU) e União Postal Pan-africana (PAPU).
3. A Sra. Folake Olagunju apresentou os programas e as actividades da CEDEAO, incluindo roaming, cibersegurança, Política da CEDEAO de Acesso às TIC para Pessoas com Deficiência, Desenvolvimento de novos Quadros Regionais de apoio à Economia Digital, Desenvolvimento de Infra-estrutura Regional de Banda Larga, Fórum de Governação da Internet da África Ocidental, Escola de Governação da Internet e Sector Postal.
4. O relatório sobre as actividades das ATU foi apresentado pelo Secretário-Geral da ATU, Sr. John OMO, destacando o seguinte:

* Os principais resultados das reuniões preparatórias de África, conduzidas pela ATU, com o objectivo de elaborar propostas e posições comuns africanas sobre os itens das Agendas da WRC-19 e WTSA-20 da ITU, e estabelecer ainda um mecanismo de coordenação entre os Membros da ATU e entre África e outras regiões, durante estas duas conferências importantes;
* Os resultados das contribuições e participação africana nas Conferências PP-18 e WTDC-17 da ITU, bem como o workshop da ATU para a implementação dos resultados PP e WTDC, incluindo as 5 iniciativas de desenvolvimento regional africano adoptadas pelo WTDC-17;
* Os principais resultados da Conferência Plenipotenciária da ATU, realizada em Nairobi, em 2018, que elegeu o Sr. John Omo como o Secretário-Geral, a adopção do novo plano estratégico da União para 2018-2022 e o estabelecimento do Comité Africano da Quarta Revolução Industrial (4RI), com o mandato de desenvolver um quadro estratégico para África.

1. O Secretário-geral apresentou também uma visão geral sobre os novos acordos e parcerias concluídas durante o último período e também sobre as principais actividades realizadas pela ATU para o desenvolvimento de capacidades dos seus membros em diferentes áreas, como as radiocomunicações, regulamentação das TIC, etc. e as actividades planeadas e os projectos e iniciativas futuras, para o período de 2019-2020.
2. O Sr. John Omo destacou os esforços da ATU no sentido de integrar de forma efectiva a componente de género no sector da radiocomunicação, através da adopção de uma política que estabelece que a ATU não deve participar em Painéis que não incluam mulheres, e salientou também a premiação, pela ATU, das delegações dos Estados-membros que incluam representantes do sexo feminino.
3. O Quadro Estratégico da 4RI para África foi apresentado, em nome da ATU, pela Presidente do Comité da 4RI da ATU, Sra. Jordan Nonguebela, da África do Sul. O Comité da 4RI da ATU foi estabelecido pela Conferência Plenipotenciária da ATU, em Agosto de 2018, em Nairobi, com o mandato de desenvolver um quadro estratégico da 4RI para África.
4. A Presidente destacou a necessidade de África estabelecer estratégias desde o início, de modo a ser um participante importante no cenário emergente das tecnologias, com o objectivo de construir um ambiente sustentável para acelerar o desenvolvimento do continente. Deu também uma visão geral sobre os principais componentes da 4RI, os desafios e as questões a serem consideradas no desenvolvimento do quadro estratégico final, destacou os principais resultados do trabalho do Comité e os principais resultados da avaliação on-line do país sobre a prontidão da 4RI. Como via a seguir, o Comité recrutará um perito para ajudar na elaboração do documento estratégico final, que deverá estar pronto até 2020, de modo a ser considerado pelos Estados-membros para adopção.
5. O Sr. Younous Djibrine, Secretário-geral da PAPU, fez uma apresentação centrada na contribuição do sector postal para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente das populações desprivilegiadas, posição institucional do sector e os principais componentes da reforma da UPU, e destacou ainda o estado da implementação dos programas e projectos principais do comércio electrónico, inclusão financeira, sistemas de endereço, projecto de electrificação e conectividade dos postos dos correios e transformação digital.
6. Notou também a coordenação bem-sucedida da posição africana sobre a reforma da UPI, concluída no terceiro congresso extraordinária da UPU, realizada em Genebra, em Setembro de 2019, da seguinte forma:

* A reafirmação da natureza intergovernamental da UPU;
* A reafirmação também da natureza do território postal único da União;
* A salvaguarda dos interesses dos países africanos, particularmente os menos desenvolvidos;
* O reconhecimento dos países mais desenvolvidos.

1. Os Delegados enfatizaram a necessidade da CUA desempenhar a função de coordenação dos programas e actividades em todo o continente e de harmonizar e actualizar as políticas existentes, bem como a importância de envolver organizações regionais na implementação.
2. **Na sequência dos debates**, **os Ministros são convidados a:**
3. Apoiar o desenvolvimento da estratégia da 4IR para África, incluindo a harmonização dos quadros jurídicos e regulamentares em áreas-chave, como Inteligência Artificial, Internet das Coisas e *Blockchain*;
4. Acelerar a ratificação e implementação da Convenção de Malabo;
5. Tomar nota da Optimização do Plano GE84 (Transmissão de Rádio em FM) para o projecto de África a ser implementado pela ATU com o apoio da UIT, a fim de alcançar um número adequado de frequências funcionais.
6. Solicitar à CUA e à ATU que estabeleçam um mecanismo de coordenação para partilhar os resultados das reuniões dos seus vários órgãos de TIC e outros fóruns onde participa, de modo que África fale a uma só voz na arena internacional;
7. Apelar para a activação do processo técnico do Comité de Candidaturas Africanas a nível da UA, com referência às posições internacionais sobre as TIC, e harmonizar os interesses da região;
8. Convidar os Estados-membros a contribuir com conteúdos e a participar no fórum de dois dias agendado para os dias 5 e 6 de Dezembro de 2019 para sensibilizar e criar o perfil das Telecomunicações de Emergência;
9. Incentivar os Estados-membros a aderirem e implementar o projecto Ecom@África;
10. Convidar a Comissão da UA a trabalhar no sentido de buscar sinergias entre a Ecom@África e projectos similares existentes;
11. Tomar nota dos progressos alcançados na implementação do projecto de Electrificação e Conectividade dos Serviços Postais Correios
12. Solicitar ao Secretariado da PAPU que avalie e apresente um relatório sobre o impacto de ambos os projectos nos países-piloto

**SESSÃO PLENÁRIA III**

1. **Estratégia Abrangente de Transformação Digital para África (2020-2030)**
2. Com base na Decisão do Conselho Executivo da União Africana EX.CL/987(XXXII) relacionada com as TIC , Resolução da CEA (812 -XXXI) sobre a Iniciativa Africana para a Sociedade da Informação e a reunião do Conselho de Administração da Smart Africa realizada à margem da 32.ª Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana que destacou a necessidade do sector das TIC liderar o processo, a Comissão da UA comprometeu-se a desenvolver uma Estratégia de Transformação Digital abrangente para África em colaboração com a Comissão Económica das Nações Unidas para África, Smart Africa, AUDA-NEPAD, Comunidades Económicas Regionais, Banco Africano de Desenvolvimento, União Africana das Telecomunicações, Fundação Africana de Reforço de Capacidades, União Internacional das Telecomunicações e o Banco Mundial.
3. Reconhecendo os esforços da liderança africana em priorizar e acelerar a transformação digital e com base na visão de vários líderes africanos, África está pronta para uma estratégia de transformação digital abrangente, que orientará uma resposta comum e coordenada, de modo a colher os benefícios da quarta revolução industrial.
4. A Estratégia de Transformação Digital para África baseia-se em pilares fundamentais (Ambiente Propício, Política e Regulação, Infra-estruturas Digitais, Competências Digitais e Capacidade Humana, Inovação Digital e Empreendedorismo), sectores críticos (Indústria Digital, Comércio Digital e Serviços Financeiros, Governo Digital, Educação Digital, Saúde Digital, Agricultura Digital) para impulsionar a transformação digital e temas transversais (Conteúdo e Aplicações Digitais, ID Digital, Tecnologias Emergentes, Segurança Cibernética, Privacidade e Protecção de Dados Pessoais, Investigação e Desenvolvimento) para apoiar o ecossistema digital. Incluirá igualmente recomendações políticas e acções no âmbito de cada pilar fundamental, sector crítico e tema transversal. Algumas das recomendações e acções propostas incluem as destacadas no relatório do grupo de trabalho UA-UE sobre economia digital.
5. O Projecto de Estratégia de Transformação Digital para África foi apresentado e discutido extensivamente e foram, sem seguida, apresentadas contribuições para o projecto de documento com relação à cada secção.
6. Os Ministros são convidados a:
7. Analisar e aprovar a Estratégia Abrangente de Transformação Digital para África (2020-2030)
8. Solicitar à Comissão da UA que mobilize os recursos necessários para implementar a Estratégia Abrangente de Transformação Digital para África;
9. Solicitar à Comissão da UA que trabalhe com todos os intervenientes e identifique as funções e responsabilidades de cada organização na implementação da estratégia.
10. Exortar os Estados-membros, a Comissão da UA, a Comissão Económica da ONU para África, a Smart Africa, a AUDA-NEPAD, as Comunidades Económicas Regionais, o Banco Africano de Desenvolvimento, a União Africana das Telecomunicações, a Fundação Africana de Reforço de Capacidades, a União Internacional das Telecomunicações, o Banco Mundial e outros intervenientes no domínio da digitalização em África a considerar a Agenda de Transformação Digital Abrangente como a agenda de digitalização comum para o continente e criar sinergias para uma melhor utilização dos recursos escassos e acelerar a sua implementação;
11. Apelar a Comissão Económica das Nações Unidas para África, o Banco Africano de Desenvolvimento, a União Internacional das Telecomunicações, o Banco Mundial, a União Europeia e outros parceiros de desenvolvimento para apoiarem a implementação da Estratégia Abrangente de Transformação Digital para África.
12. **Relatório do Grupo de Trabalho sobre Economia Digital UA-UE (DETF)**
13. A Comissão da UA e a Comissão Europeia criaram, em Dezembro 2018, um Grupo de Trabalho sobre Economia Digital (DETF) para orientar a UE e a UA ao prio**rizar as acções de cooperação.** O objectivo do Grupo de Trabalho é proporcionar uma plataforma de parceria para o sector privado, doadores, organizações internacionais, instituições financeiras e a sociedade civil, com base numa compreensão comum do modo como uma transformação digital de África já em evolução pode levar ao alcance da integração transfronteiriça, acelerar o desenvolvimento sustentável e trazer benefícios a todos os cidadãos.
14. As principais recomendações do DETF são as seguintes:
15. Acelerar a materialização do acesso universal à banda larga a preços acessíveis
16. Garantir competências essenciais para todos através da educação e Formação Vocacional e Profissional (VET), para que os cidadãos possam prosperar na era digital.
17. Melhorar o ambiente de negócios e facilitar o acesso aos serviços financeiros e de apoio às empresas para impulsionar o empreendedorismo impulsionado digitalmente.
18. Acelerar a adopção de serviços electrónicos
19. Os Ministros são solicitados a:
20. Tomar nota do relatório do DETF e felicitar tanto a Comissão da UA como a Comissão Europeia pelos progressos alcançados na implementação da Declaração da Cimeira UA-UE de 2017;
21. Convidar a Comissão da UA para disseminar o Relatório a todos os Estados-membros;
22. Solicitar aos Estados-membros e intervenientes que forneçam contribuições e orientação sobre a via a seguir, em particular com relação ao desenvolvimento de um roteiro para a implementação.
23. **PROGRAMAS E PROJECTOS EM CURSO DA UNIÃO AFRICANA (TIC)**
24. **Iniciativa de Políticas e Regulamentos para a África Digital (PRIDA)**
25. A Comissão da UA está actualmente a implementar um novo projecto - Iniciativa de Políticas e Regulamentos para a África Digital (PRIDA) - que visa abordar as seguintes questões:
    * + 1. Melhorar a alocação, licenciamento e gestão de espectro em todo o continente, incluindo o tratamento de interferências prejudiciais e fixação de preços com base nas melhores práticas internacionais com uma abordagem virada para o futuro para o uso de recursos do espectro de rádio para Internet das Coisas (IdC) e implantação da tecnologia 5G.
        2. Abordar a lacuna existente no que se refere à harmonização de políticas e legislativa através do desenvolvimento de uma metodologia de Monitorização e Avaliação e agenda voltada para o futuro em áreas de interesses comum para os Estados-membros da UA.
        3. Reforçar a cooperação entre as Autoridades Reguladoras Nacionais (ARN), Associação dos Reguladores Regionais e a Comissão da União Africano com vista a criar um ambiente favorável que responda às novas exigências regulamentares, aborde questões de TIC e promova a transformação digital de África.
        4. Criar e operar uma plataforma digital Pan-Africana conjunta para apoiar a harmonização de políticas e regulamentos em matéria de TIC em África e assegurar a sustentabilidade do projecto PRIDA. Esta plataforma deve ser usada de forma intensiva por todos os intervenientes com vista a:
    * Criar um sistema de balcão único para todas as políticas e regulamentos nacionais, regionais e continentais
    * Criar um espaço de trabalho para os peritos africanos discutirem e desenvolverem posições comuns africanas sobre questões relacionadas com TIC e Internet
    * Criar estatísticas adequadas africanas, perspectivas e elaborar relatórios;
    * Prestar apoio para a oferta de formações contínuas em linha a peritos africanos tanto sobre políticas e regulamentos em matéria de TIC como sobre Governação da Internet.
    * Desenvolver ferramentas de comunicação e partilha de conhecimentos: Publicações e decisões, calendários e eventos, conjunto de conhecimentos, partilha de informações e pesquisas, etc.
      + 1. Reforço da Capacidade de África sobre Governação da Internet (IG) e utilização segura das TIC. Este programa deve permitir:
    * O aumento do envolvimento de África e das acções de Advocacia sobre IG;
    * O desenvolvimento da Cultura Africana de IGF e reforço das competências institucionais necessárias;
    * A criação e promoção de um ecossistema para a utilização segura da Internet para o desenvolvimento socioeconómico.
      + 1. Sensibilização sobre o uso transversal das TIC (políticas) por parte das autoridades públicas e da sociedade civil, em particular através do seguinte:
    * Elaboração de estudos sobre a integração das TIC em sectores-chave da educação, saúde, agricultura, género.
    * Sensibilização sobre a convergência de serviços e mudanças nas abordagens regulatórias em todo o mundo, com uma mudança para regulamentações mais colaborativas e intersectoriais
    * Início de debates sobre a importância da protecção de dados e privacidade para a criação de confiança e segurança no uso das tecnologias digitais.
26. Os Ministros são solicitados a:
    * + 1. Tomar nota da importância da PRIDA como um facilitador da Transformação Digital e Integração Digital de África;
        2. Apoiar e facilitar a implementação das actividades da PRIDA a nível nacional, regional e continental;
        3. Usar a Plataforma Digital da PRIDA como um espaço para partilhar experiências, melhores práticas e trocar lições aprendidas sobre as TIC e políticas digitais;
        4. Considerar a harmonização da política de TIC, quadros jurídicos e regulatórios como condição prévia para a integração digital de África e criação de um mercado digital comum africano
        5. Considerar a Governação da Internet como uma componente fundamental do desenvolvimento do ecossistema digital de África.
27. **Plano de Acção para o Sector Postal**
28. Devido à falta de recursos, as principais actividades incluem a (i) contribuição para a Estratégia Abrangente de Transformação Digital (iii) a Organização de um Fórum de Alto Nível sobre a Transformação Digital Postal.
29. O Fórum de Alto Nível sobre a Transformação Digital Postal (DiGiPost) foi realizado nos dias 14 e 15 de Março de 2019, em Tunes, com o forte apoio do governo da Tunísia. A DigiPost reuniu Estados-membros da UA, organizações africanas e internacionais, organizações postais e o sector privado, a fim de trocar experiências e know-how em termos de transformação digital gradual e sensibilizar os operadores postais africanos sobre as oportunidades oferecidas pela revolução das TIC para a sua transformação, evolução e reposicionamento nos mercados, em particular no comércio electrónico, inclusão financeira e valorização do sector postal, que tem vindo a se reinventar a todos os níveis. Foram feitas recomendações chave sobre o desenvolvimento do comércio electrónico, inclusão financeira e social.
30. Os Ministros são solicitados a:
31. Tomar nota das principais recomendações feitas no fórum de alto nível sobre transformação digital postal;
32. Considerar o sector postal como uma componente essencial da economia digital e dos serviços financeiros postais (SFP), bem como parte do ecossistema de inclusão financeira;
33. Incluir a digitalização postal tanto nas prioridades nacionais como na estratégia digital nacional;
34. Facilitar o acesso do sector postal ao financiamento;
35. Usar o sector postal como uma plataforma para implementar políticas governamentais e prestar serviços do governo a todos os cidadãos tendo em vista a inclusão digital, financeira e social;
36. Apoiar a digitalização dos serviços financeiros postais e desenvolver uma estratégia para transacções electrónicas.
37. **Programa para o Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA)**
38. Os Chefes de Estado e de Governo da União Africana aprovaram o programa PIDA (Assembly/AU/ Decl.2 (XVIII)) em Janeiro de 2012, como o programa de referência para o desenvolvimento de infra-estruturas regionais e continentais em África. O PIDA colmata os défices e, com base nas lições anteriores, atribui a devida importância ao valor da apropriação local, à necessidade de intervenções tanto tangíveis como intangíveis, necessidade de financiamento diversificado e à importância de estratégias de implementação robustas. Apoiado por um extenso processo de consulta e análise, o PIDA fornece uma agenda de projectos prioritários exequíveis e acessíveis alinhados com metas de longo prazo de África. Simplificando, o PIDA será diferente das anteriores iniciativas regionais de integração de infra-estruturas pelo facto de ter sido projectado para trazer investimentos efectivos. Este programa agrupa também dois planos: a Nova Parceria Económica para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e o Plano Director de Infra-estruturas da União Africana (UA) num quadro único, inter-regional e global para o desenvolvimento de infra-estrutura em África.
39. Desde a aprovação do PIDA, em 2012, progressos significativos têm sido registados nos quatro sectores: criação de estruturas institucionais e operacionais, elaboração e execução de projectos. Além disso, os Estados-membros têm feito progressos consideráveis no sentido de garantir a implementação de projectos no âmbito do PIDA. Dos 433 projectos individuais apresentados, cerca de 35% (143 projectos) estão em construção ou já em funcionamento, 17% estão em processo de estruturação para fins de contratação pública, enquanto cerca de 26% estão entre a fase de concepção e a fase de estudo de viabilidade.
40. Apesar dos progressos significativos registados na implementação do PAP do PIDA, ainda há necessidade premente de continuar a trabalhar com todos os intervenientes no sentido de garantir a execução acelerada de infra-estruturas regionais e continentais. Durante a primeira sessão do Comité Técnico Especializado dos Transportes, Infra-estruturas Inter-regionais e Transcontinentais, Energia e Turismo (CTS-TTIIET) realizada em Março de 2017, em Lomé, Togo, os Ministros responsáveis pelos Transportes e Energia recomendaram que a Comissão da União Africana iniciasse consultas para a preparação da segunda fase do PIDA (PIDA PAP 2, 2021-2030).
41. É neste contexto que os Ministros responsáveis pelos Transportes, Infra-estruturas Inter-regionais e Transcontinentais, Energia e Turismo, reunidos em Cairo, República Árabe do Egipto, nos dias 16 e 17 de Abril de 2019, durante a Segunda Sessão do Comité Técnico Especializado (STC) dos Transportes, Infra-estruturas Inter-regionais e Transcontinentais, Energia e Turismo, solicitaram à Comissão da União Africana (CUA) e à Agência de Desenvolvimento da União Africana (AUDA-NEPAD), em conjunto com o Banco Africano de Desenvolvimento, para acelerar o desenvolvimento da segunda fase do PIDA (PIDA PAP 2), integrando as dimensões do género e da juventude, que deve ser submetida aos órgãos da UA para apreciação e aprovação até Janeiro de 2021.
42. Os Ministros são solicitados a:
    * + 1. Tomar nota do cronograma do PAP 2 do PIDA e solicitar aos Estados-membros que participem na próxima reunião da Mesa do CTE-TTIIET que irá validar os estudos do PAP 2 do PIDA 2.
43. Estratégia para Desbloquear o Acesso a Infra-estruturas e Serviços Básicos nas Zonas Rurais e Remotas
44. O projecto de Estratégia para Desbloquear o Acesso a Infra-estruturas e Serviços Básicos nas Zonas Rurais e Remotas através de serviços integrados de infra-estruturas foi aprovada pelos órgãos deliberativos da UA através das Decisões do Conselho Executivo com as referências EX.CL/Dec.970(XXXI) e EX.CL/Dec. 987 (XXXII) Rev.1. O objectivo da estratégia sintetizada é desenvolver uma abordagem estratégica de alto nível para a implementação eficiente de infra-estruturas e serviços integrados e sustentáveis nas zonas rurais e remotas do Continente.
45. Os projectos que oferecem serviços básicos (estradas, energia, TIC e água) ao longo dos corredores principais e em zonas remotas enfrentam desafios diferentes e exigem o uso de diferentes tecnologias. A fim de facilitar a sua combinação, a estratégia tem duas vertentes:

* **Ao longo dos corredores principais**, os projectos de infra-estruturas têm de integrar a prestação de todos os serviços básicos como um pacote na sua programação através de uma política de “maior coordenação entre as agências do governo e empresas serviços públicos” que permita expandir o acesso aos serviços básicos prestados ao longo dos principais corredores em torno das zonas rurais a um custo marginal. O trabalho de terraplanagem e a escavação necessária para a colocação de cabos de fibra óptica representam 70 a 80 por cento do custo total, embora tenha sido estabelecido que a colocação de tubos durante a construção de estradas, que poderiam mais tarde ser utilizados para os cabos de fibra óptica, poderia ser inferior a 0,02% do total do custo de construção de estradas [[1]](#footnote-1). O mesmo pode ser aplicável com relação a projectos de rede de energia eléctrica através do acréscimo de tubos que poderiam ser posteriormente cedidos a provedores de internet.
* **Nas zonas rurais**, soluções técnicas inovadoras estão disponíveis e são operadas por estruturas privadas. No entanto, as zonas remotas são muitas vezes difíceis de alcançar, gerando altas despesas de capital e operacionais, e apresentam um baixo potencial em termos de receitas de consumo. A reversão da situação e atracção de operadores, assegurando o acesso a serviços básicos por parte da população, é possível através da combinação do apoio do Estado e tecnologias e modelos de negócios inovadores. Com relação às TIC, a disponibilidade de tecnologias como a conectividade sem fio ponto-a-multiponto, cuja instalação não impõe obras de construção pesadas ou despesas de capital elevadas, e, por outro lado, a possibilidade de partilhar essas infra-estruturas, bem como a Rede de Acesso via Rádio (RAN ) entre prestadores de serviços de Internet, parece ser uma solução viável em África. No que diz respeito ao fornecimento de energia não ligada à rede, tecnologias como sistemas de mini ou micro-rede oferecem alternativas interessantes para projectos de infra-estruturas de rede eléctrica onerosas. De forma variável, dependendo dos contextos nacionais, o esquema visa fazer com que os Estados contribuam financeiramente para construir um pacote completo de infra-estruturas económicas rurais, seguindo a política de “coordenação entre as agências do governo e empresas de serviços públicos” ao longo dos principais corredores (estradas rurais, electrificação e cobertura de TIC), e para que os operadores privados possam unificar a operação em termos financeiros, ou seja, construir, em seguida operar e manter as infra-estruturas numa base comercial. A partilha de infra-estruturas, mutualização, PPP, integração dos serviços ou modelos Pré-pagos oferecem múltiplas soluções adaptáveis para que os operadores privados possam encontrar um interesse económico na operação de infra-estrutura de serviços básicos nas zonas rurais.

1. Os principais benefícios previsto**s** desta abordagem são:

* Custo-benefício: Integração dos mercados de mão-de-obra e de mercadorias, proporcionando assim novas oportunidades económicas para os habitantes;
* Impactos socioeconómicos: Reforço da inclusão social; Contribuição para o crescimento das economias locais através do desenvolvimento da indústria local; Desenvolvimento da indústria local; Vantagem dos avanços no domínio das TIC na prestação de serviços electrónicos; Fornecimento de energia suficiente, fiável e acessível; e possibilidade de consulta dos preços dos produtos nos mercados nacionais/internacionais;
* Integração acelerada do continente: O acesso a aplicações de TIC incentiva a cooperação internacional sem fronteiras; a melhoria nos sectores dos transportes e das TIC irá aumentar a acessibilidade e a mobilidade.

1. Os Ministros são solicitados a:
2. Tomar nota dos progressos alcançados;
3. Fornecer orientação sobre a via a seguir;
4. Solicitar à Comissão da UA que (a) acelere a estratégia de formulação e os projectos-piloto e (b) desenvolva directrizes sobre legislação relativa à entrega de bens e prestação de serviços através de drones, numa abordagem integrada de "serviços essenciais - mobilidade - aviação”.
5. Fórum Africano de Governação da Internet (AfIGF)
6. O Fórum Africano de Governação da Internet (AfIGF) foi lançado em 2011 e realizou a sua reunião inaugural em Cairo, em Setembro de 2012. O 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 7º Af-IGFs foram realizados em Nairobi, Abuja, Addis Ababa, Durban, Sharm El-Sheikh e Cartum, respectivamente. A CUA assumiu o papel de Secretariado do IGF em 2014.
7. Os IGFs regionais e sub-regionais são os pilares do Af-IGF. Actualmente todas as 5 regiões geográficas da UA têm IGFs, mas nem todos os Estados-membros têm IGFs nacionais. Em consonância com a Declaração de Cartum da CITMC-4, a CUA e a Agência da NEPAD tem trabalhado para incentivar as CER *'”a apoiar o estabelecimento de IGF nacionais com vista a criar diálogo entre todos os intervenientes sobre as TIC em matéria de questões de desenvolvimento e facilitar a participação dos países nos processos dos IGF regionais e africanos, bem como no IGF mundial*”.
8. A Comissão da União Africana organizou o 8.º AfIGF, de 10 a 12 de Setembro de 2019, em N'Djamena, Chade. Dois pré-eventos importantes também foram organizados, a Escola Anual Africana sobre Governação da Internet e o primeiro Fórum Africano de Governação da Internet para a Juventude, que foi inaugurado oficialmente pelo Vice-presidente da CUA.
9. A Comissão da União Africana está a implementar uma iniciativa de reforço de capacidades em grande escala sobre GI para permitir que os intervenientes africanos participem activamente nos debates da GI Global. Workshops de capacitação nacionais, regionais e continentais estão a ser organizados, incluindo a formação de formadores nacionais e regionais que foi organizada em Maio de 2019, em Adis Abeba, Etiópia, e que contou com a participação de 70 peritos africanos. O objectivo do programa de formação de formadores é criar um grupo nuclear de formadores nacionais e regionais que serão embaixadores do PRIDA a nível nacional e regional.
10. Os Ministros são convidados a:
11. Incentivar os Estados-membros, que ainda não o fizeram, a acelerar o estabelecimento dos seus IGF nacionais;
12. Incentivar os Estados-membros a atribuir recursos técnicos e financeiros para apoiar as iniciativas de IGF nacionais e regionais;
13. Incentivar os Estados-membros a apoiar a organização do IGF Africano como o mecanismo multissectorial continental para os africanos alcançarem posições comuns sobre questões de GI;
14. Criar e promover uma Academia da União Africana sobre a Governação da Internet a nível nacional e regional para o reforço de capacidades em matéria de GI, em particular no seio dos jovens;
15. Solicitar à Comissão da UA que atribua um orçamento anual para a organização e apoio do IGF Anual Africano e a Academia de Governação da Internet.
16. Cibersegurança
17. A CUA desenvolveu a Convenção da UA sobre Cibersegurança e Protecção de Dados Pessoais (Convenção de Malabo), que foi aprovada pela 23.ª Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo, realizada em Malabo, em Junho de 2014. Desde a aprovação da Convenção de Malabo, a CUA tem estado a organizar workshops de capacitação em matéria de Cibersegurança, em colaboração com os nossos principais parceiros, as Comunidades Económicas Regionais (CER) e os Estados-membros, a fim de promover a cultura de Cibersegurança e criar confiança e fiabilidade na utilização das TIC por e para os cidadãos africanos, fornecer orientação sobre a política de cibersegurança e o reforçar as capacidades dos Estados-membros em:

* Prevenção de crimes cibernéticos;
* Privacidade e protecção de dados pessoais em linha;
* Preparação de Legislação e Estratégia em matéria Cibernética; e
* Criação de mecanismos de resposta a incidentes, como CERT/CIRT.

1. Além disso, a CUA, em cooperação com a Sociedade da Internet, desenvolveu Directrizes sobre “Segurança de infra-estruturas de Internet em África” e “Protecção de Dados Pessoais para África”. A CUA publicou em 2016, em cooperação com a Symantec e o Departamento de Estado Norte Americano, um relatório sobre as tendências de Cibersegurança e Cibercrime em África.
2. Ademais, o Conselho Executivo da União Africana endossou em 2018 a “Declaração da UA sobre a Governação da Internet e desenvolvimento da Economia Digital” e aprovou o “Cibercrime como um projecto emblemático da Agenda 2063 da União Africana”.
3. Tendo em conta a necessidade de pareceres adequados e assentes em consenso sobre questões emergentes relativas à Cibersegurança, a CUA tomou medidas para criar um Grupo de Peritos Africanos em Cibersegurança, constituído por 10 membros em representação das regiões africanas, cuja única missão é aconselhar a CUA sobre questões de Cibersegurança. Outra importante medida tomada pela CUA, em estreita colaboração com a União Europeia, é o lançamento da “Iniciativa de Políticas e Regulamentos para a África Digital (PRIDA)”. Reforço de capacidades de grupos de intervenientes africanos na área da Internet em todos os 55 Estados-membros da UA sobre questões de Governação da Internet e Cibersegurança/Resiliência Cibernética é uma das vias cruciais do PRIDA. Prevê-se que os cursos de formação em GI serão administrados a níveis nacional, regional e continental. Materiais de formação online serão disponibilizados para garantir que a iniciativa de reforço de capacidades chegue ao maior número possível de comunidades de Internet africanas e decisores políticos.
4. Cinco anos após a sua aprovação pelos Chefes de Estado, a Convenção de Malabo foi assinada por 14 países e ratificada apenas por cinco Estados-membros (Senegal, Namíbia, Maurícias, Guiné e Gana). Além disso, há uma baixa taxa de adopção de políticas, estratégias e legislação em matéria cibernética no continente. Isto torna a Cibersegurança no continente muito difícil, especialmente em relação ao Cibercrime e Protecção de Dados Pessoais.
5. Os Ministros são convidados a:
6. Solicitar à Comissão da UA e aos Estados-membros da UA que forneçam todos os recursos necessários para acelerar a ratificação da Convenção de Malabo da UA
7. Exortar os Estados-membros da UA a avaliar as disposições da Convenção de Malabo e as Directrizes sobre a Segurança de Infra-estruturas de Internet, a fim de promover um Ciberespaço Africano mais seguro.

1. Orientar a Comissão a:
   1. Facilitar a adopção de estratégias nacionais de Cibersegurança;
   2. Facilitar a adopção de legislações nacionais de Cibersegurança pelos Estados-membros da UA;
2. Solicitar à Comissão da UA que dedique recursos adequados para a implementação de programas de Segurança Cibernética abrangentes relacionados com este projecto emblemático crítico, incluindo assistência aos Estados-membros da UA para a adopção de estratégias e legislações cibernéticas e estabelecimento de CIRT/CERT[[2]](#footnote-2)
3. Orienta a Comissão a:
   1. Assistir os Estados-membros na criação de agências nacionais de governação cibernética;
   2. Realizar acções de reforço de capacidades para decisores políticos/legisladores, autoridades técnicas responsáveis pela aplicação da lei e comunidades empresariais;
   3. Estabelecer um quadro e mecanismo de cooperação regional e assistência mútua.
4. Rede Electrónica Pan-Africana (PAEN)
5. A Rede Electrónica Pan-Africana é um projecto conjunto entre o Governo da Índia e a CUA, cujo objectivo principal é ajudar no reforço das capacidades através da oferta de educação de qualidade, bem como competências e consultas médicas com base na telemedicina aos Estados-membros da UA por algumas das melhores instituições académicas e médicas indianas. Até Março de 2017, a Rede foi instalada em 48 Estados-membros da UA, com as seguintes realizações:

* 22.000 alunos obtiveram graus académicos em diversos cursos de graduação e pós-graduação;

770 consultas anuais com base na Telemedicina foram realizadas;

* 6.700 sessões de Educação Médica Contínua (CME) foram realizadas por enfermeiros e médicos

1. Em Julho de 2017, o Governo da Índia suspendeu todos os serviços prestados através da rede e transferiu a Infra-estrutura à Comissão, que, em seguida, implantou o centro da rede na zona suburbana de Dakar, sob a custódia do Governo do Senegal. Entretanto, Senegal continua a cobrir generosamente as despesas de electricidade e água, enquanto se aguarda por uma solução com vista a retomar as actividades deste projecto.
2. A Comissão da UA elaborou relatórios sobre a sustentabilidade da Rede, que foram apresentados pelo Presidente ao CRP e ao Conselho Executivo. Uma carta do Presidente foi enviada aos membros da Conferência, solicitando aos Estados-membros a apoiar a sustentabilidade da Rede.
3. Na sua segunda reunião, o Comité Técnico Especializado de Comunicação e Tecnologias de Informação e Comunicação, que foi realizada em Adis Abeba, de 20 a 24 de Novembro de 2017, os Ministros solicitaram à Comissão, entre outros, a:

* Explorar os recursos financeiros adequados para a continuação do funcionamento da PAeN como um projecto emblemático da Agenda 2063 da UA;
* Recomendar aos Órgãos Deliberativos da UA a afectar recursos financeiros adequados para continuar a operacionalização da Rede Electrónica Pan-Africana, que é um projecto emblemático da Agenda 2063.

1. Todas estas decisões foram aprovadas pelo Conselho Executivo. Recorde-se que os resultados do estudo de sustentabilidade estimaram que o total das despesas de funcionamento da PAeN ((OPEX) é US$ 4.221, 440 por ano.
2. Os Ministros são convidados a:
3. Solicitar à Comissão que transfira os activos comuns da rede sob a gestão da Organização Regional de Comunicações via Satélite - RASCOM
4. Estratégia de Comunicação e Advocacia (2018-2023)
5. A CAS 2018-2023 prioriza três Pilares Estratégicos de Comunicação
   * 1. Construção da Identidade da Marca da UA e Promoção da Agenda 2063
     2. Aumentar a Visibilidade da UA através da Advocacia & Relações Públicas
     3. Reforço de Capacidades e Competências sustentáveis dos Recursos Humanos em matéria de Comunicação
6. O estado de implementação foi relatado da seguinte forma:
7. **Construção da Marca da UA e promoção da Agenda 2063**
8. Construção da Identidade da Marca da UA e Promoção da Agenda 2063: A DIC tomou várias iniciativas importantes relativas à construção de uma Identidade da Marca da UA mais forte. Estas incluem:
9. O desenvolvimento do 1º Guia do Estilo de Identidade da Marca e Comunicação da UA, que serve como ponto de referência para todos os materiais de comunicação e visibilidade da UA e dos seus órgãos, para garantir a uniformidade na expressão da marca da UA e criação de uma marca da UA forte.
10. A DIC iniciou o processo de desenvolvimento do 1º Manual de Procedimentos & Política de Comunicações da União Africana, que proporcionará orientações sobre a gestão e administração da comunicação no seio da União Africana, incluindo sobre questões relacionadas com o envolvimento dos órgãos de comunicação social, promoção da marca, porta-vozes, política dos meios de comunicação social, política de website, política de publicações, utilização e protecção do material audiovisual da UA, através da concessão de direitos, protecção dos direitos do autor e marcas comerciais, bem como directrizes para a comunicação da cobertura de eleições e comunicação de crises.
11. A DIC produziu e divulgou o Hino da UA em Swahili, Árabe, Inglês, Francês, Português e Espanhol para promover a unidade e solidariedade entre os países e povos africanos e o espírito do Pan-africanismo renovado, defendido pela União Africana.
12. A DIC continuou a promover a Agenda 2063 nos meios de comunicação tradicionais e plataformas digitais e produziu, em 2018, 4 documentários sobre projectos emblemáticos - Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), Silenciar as Armas até 2020, Estratégia Africana para os Produtos de Base, a Barragem do Grande Inga e o Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PIDA). A DIC pretende continuar os seus esforços e deverá, em 2019, produzir filmes sobre o Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (CAADP), o Mercado Único Africano de Transporte Aéreo (SAATM) e o Passaporte Africano & Livre Circulação de Pessoas.
13. A DIC estabeleceu parcerias com várias redes de companhias aéreas *(Kenya Airways, Ethiopian Airlines, Egypt Air, South African Airways)* no sentido de incluir, nas suas publicações de bordo, publi-reportagens que promovem a Agenda 2063, atingindo assim o público africano e global.
14. Para promover o envolvimento da juventude na Agenda 2063, a DIC pretende produzir, em 2019, vídeos animados que irão orientar e educar os jovens e o público mais amplo de África sobre o que é a Agenda 2063, os Projectos Emblemáticos, as Aspirações da Agenda 2063, os Objectivos da Agenda 2063, bem como as Prioridades Nacionais de Desenvolvimento. Além disso, a DIC está a trabalhar com parceiros dos meios de comunicação social para apoiar a promoção da iniciativa destinada a alcançar 1 Milhão de Jovens até 2021, lançada em 2019.
15. Promover os esforços de mobilização de recursos para o Fórum África Contra o Ébola, liderado pelo Presidente da CUA, aa ter lugar a 02 de Dezembro de 2019, o DIC continuou a utilizar as plataformas disponíveis para comunicar sobre o assunto.

**Livro Africano de Registos: Elaboração do African Factbook**

1. A DIC continuou a trabalhar com o Livro Africano de Registos para produzir o *Africa Factbook*, que foi adoptado como uma das ferramentas para promover a Agenda 2063, especificamente a Aspiração 5, que busca melhorar a forte identidade cultural, património, valores e ética comuns de África;
2. O governo da República do Zimbabwe deu garantias de financiamento inicial e de espaço para escritórios para permitir os esforços para a produção da primeira edição;
3. Em Março de 2018, realizou-se em Harare, Zimbabwe, uma conferência de angariação de recursos com a participação de representantes da UA, Estados-membros e parceiros internacionais de desenvolvimento;
4. Em Janeiro de 2019 foi renovado um Memorando de Entendimento entre a Comissão da União Africana e o Livro Africano de Registos, para colaboração na elaboração da primeira edição do *African Factbook*;
5. Os meses de Setembro e Outubro de 2019 foram reservados para reunir trinta e cinco (35) pesquisadores de diversos países africanos para trabalhar na primeira edição por mais de sessenta (60) dias ininterruptos em acampamento (Convenção Internacional para o Processo do *African Factbook*);
6. Está a ser incorporado um Conselho Editorial de Alto Nível ao processo, cuja função será rever a publicação antes da sua apresentação aos Órgãos da União Africana. Este conselho será composto por 1 ex-Chefe de Estado e de Governo com boa reputação, sete (7) académicos de história de África reconhecidos internacionalmente e cinco (5) editores de organizações internacionais de notícias em África.

**Melhoria da visibilidade, advocacia e relações públicas corporativas**

1. Foram relatados progressos na melhoria da utilização do digital, da seguinte forma:

* A DIC procedeu ao relançamento do site da UA com um menu alargado e uma interface mais simplificado;
* Foram desenvolvidos aplicativos móveis, por exemplo, para o Manual da UA, que já foi lançado. Os aplicativos da Agenda 2063 e de aquisições estão planificados para Novembro de 2019;
* Foi igualmente foi constatada maior presença e envolvimento da marca nas plataformas digitais. Por exemplo, FaceBook (320.000 seguidores em 2017, agora com 381.300), Twitter (249.000 seguidores em 2017, agora 437.000-75%), YouTube (1516 assinantes em 2017, agora 4.700 = 210%).

**Projecto do Estúdio da UA**

1. A DIC está a trabalhar em colaboração com a República da África do Sul no sentido de montar o estúdio interno da UA - planificado para lançamento durante a Cimeira de 2020. Início da digitalização da biblioteca com material audiovisual – fotografias, filmes, bobines, cassetes, VHS, etc., observou-se que parte do material valioso remonta à formação da OUA em 1963, e deve ser digitalizado para armazenamento, protecção e recuperação.

**Advocacia nos Tratados e Cartas da UA**

1. A DIC publicou e distribuiu folhetos sobre a ratificação de tratados e cartas, como artigos de atracção da revista AU ECHO. Foi realizada promoção nas redes sociais em relação às datas comemorativas da UA.

**Envolvimento da Comunicação Social**

1. O DIC criou e procedeu ao lançamento de uma rede pan-africana de jornalistas da Agenda 2063 (em colaboração com a Agência de Desenvolvimento da UA – NEPAD).

**Prémio da Comunicação Social da UA**

1. A DIC participou em parceria com as Mulheres Africana na Comunicação Social *[African Women in Media (AWiM)]* na promoção da Agenda 2063. Cinco (5) jornalistas africanas receberam um prémio de 2000 $EU cada uma para produzir matérias nas áreas da: ZCLCA, Silenciar as Armas até 2020; Passaporte Africano e Livre Circulação de Pessoas; Comércio Livre e Migração; Mulheres e Comércio Livre.
2. Foi assinado um Memorando de Entendimento com a estacão de televisão *Africa 24TV Network*, dando a 80 milhões de famílias acesso a conteúdos da UA. Foi relatada uma maior colaboração com a União Africana de Radiodifusão e a Federação de Jornalistas Africanos, em termos de utilização das suas redes de jornalistas para divulgar notícias sobre os programas e actividades da UA**.** A UA esteve representada no Dia Anual da Informação da África

**Capacidade dos Recursos Humanos & Competência em Matéria de Comunicação**

1. Em 2017, a DIC instituiu o 1º workshop anual de formação em matéria de comunicação, que reuniu funcionários da comunicação da CUA e órgãos para realizar formação num ambiente colegial com especialistas na matéria no sentido de aprimorar as habilidades e conhecimentos.A terceira edição foi realizada na primeira semana de Outubro.A DIC comprometeu-se igualmente a prestar formação em matéria de comunicação aos dirigentes da CUA, como Comissários, no que diz respeito ao compromisso com a comunicação social.

***Desafios***

1. Os desafios observados foram os seguintes:

* O orçamento atribuído para publicidade e propaganda para promover as actividades da UA é bastante limitado;
* Existem desafios ao se trabalhar nos Estados-membros com a comunicação social competitiva de propriedade privada que tem mais influência do que a comunicação social estatal. Os meios de comunicação privados exigem que a UA pague para colocar o conteúdo nas suas plataformas;
* O pessoal da DIC é limitado – apenas sete (7) funcionários profissionais da Comunicação atendem às necessidades de toda a organização;
* Falta de comunicação Coordenação e responsabilização do pessoal – os parceiros são colocados em departamentos individuais para apoiar programas sem responsabilidade perante a DIC, levando a comunicação não sincronizada que não beneficia necessariamente a UA;
* Um tedioso processo de aquisições (de 4 a 6) meses leva a atrasos na implementação de projectos.

1. O relatório sobre comunicação e informação foi debatido e as contribuições foram recebidas da seguinte forma:

* A Sierra Leone incentivou os governos nacionais a trabalharem com líderes tradicionais e outros líderes de opinião, a fim de se alcançarem as pessoas nas suas áreas locais com informações sobre a UA;
* O delegado da ATU elogiou a UA pelos progressos registados em matéria de comunicação e informação. Sugeriu que, uma vez que a atribuição inadequada do orçamento é um grande desafio, a UA deve se envolver de forma directa com os benfeitores para obter financiamento. Propôs igualmente que a última recomendação, ou seja, “SOLICITAR à Comissão da UA a enviar uma delegação ao Zimbabwe para uma visita no terreno na Convenção Internacional para o *Africa Factbook*, a fim de obter uma apreciação em primeira mão do projecto e processo”, seja retirada da apreciação dos ministros;
* O delegado de Uganda pediu esclarecimento sobre o que pode ser feito para promover a cultura e as línguas africanas. A DIC respondeu que o assunto foi tratado por agências e escritórios específicos da UA, como o Departamento de Assuntos Sociais e ACALAN, e que todas as informações daí derivadas são distribuídas no site da UA e em outros canais;
* O delegado da CEDEAO incentivou o estabelecimento de um mecanismo de comentários das CER para se comunicar de forma efectiva sobre a Agenda 2063.

1. Após as discussões, os Ministros são convidados a:

* Felicitar a DIC pelo trabalho que realizou para construir a identidade da marca da UA e implementar processos e procedimentos para profissionalizar a comunicação dentro da organização;
* Solicitar à Comissão da UA que garanta que o Guia de Estilo da Marca e Comunicação e as Políticas e Procedimentos de Comunicação sejam instituídos dentro da organização;
* Solicitar à Comissão da UA que atribua recursos (humanos, materiais e financeiros) realistas e adequados para capacitar a DIC e permitir-lhe comunicar melhor e de forma eficaz com vários intervenientes e o público em diversas plataformas de meios de comunicação de forma estratégica e consistente;
* Incentivar os Organismos de Radiodifusão Nacionais a apoiar a divulgação dos conteúdos produzidos pela UA como documentários, incluindo apoio à edição de filmes produzidos nas línguas nacionais e locais para atingir um público mais amplo;
* Felicitar ainda a DIC pelo seu contínuo compromisso com os meios de comunicação africanos e solicitar à Comissão da UA a apoiar a DIC na implementação e lançamento do Prémio de Comunicação da UA no período de 2020-2021, incluindo a prestação do apoio necessário para garantir a sua implementação efectiva;
* Felicitar a República da África do Sul pela sua oferta para ajudar a CUA a acelerar o processo de lançamento do Estúdio da UA e incentivar a Comissão da UA a apoiar a DIC e o Estado-membro no sentido de garantir que seja lançado um estúdio totalmente funcional em 2020;
* Felicitar igualmente os esforços da Comissão da União Africana e do Livro Africano de Registos no trabalho realizado até ao momento e agradecer ao Governo da República do Zimbabwe por financiar o processo de criação da primeira edição, exortando os Estados-membros a financiar publicações subsequentes, numa base de rotatividade.

1. **Diversos**
2. Foram feitas apresentações sobre:

* Consolidação dos serviços e instituições de TIC (ISOC);
* Redes comunitárias e Acesso Rural (ISOC);
* Inteligência Artificial (Egipto);
* Estratégia 4IR (ATU).

1. **Encerramento da Reunião**
2. Nas suas considerações finais, a Sra. Wynne Musabayana, em representação da Sra. Leslie Richer, Directora de Informação e Comunicação da Comissão da União Africana, agradeceu a todos os delegados pela forma eficiente em que a reunião foi realizada e destacou a importância das questões discutidas.
3. Por sua vez, o Presidente, Dr. Eng. Abiot Sinamo, agradeceu aos participantes pela sua assiduidade e comprometimento na preparação das deliberações do Comité. Manifestou igualmente a esperança de ver a Transformação Digital ser adoptada e implementada com entusiasmo por todas as partes interessadas.

1. [↑](#footnote-ref-1)
2. [↑](#footnote-ref-2)